



PROCESSOS FORMATIVOS EM EDUCAÇÃO E SAÚDE NAS PRÁTICAS DE CUIDADO DECOLONIAIS

TRAINING PROCESSES IN EDUCATION AND HEALTH IN DECOLONIAL CARE
PRACTICES

Larayne Gallo Farias Oliveira ¹
Lislaine Aparecida Fracoli ²
Talitha Zileno Pereira ³
Laiza Gallo Farias ⁴

Manuscrito recebido em: 13 de setembro de 2023.

Aprovado em: 12 de dezembro de 2023.

Publicado em: 26 de dezembro de 2023.

Resumo

Objetivo: Apresentar discussões frente aos processos formativos em educação e saúde nas práticas de cuidado decoloniais. **Método:** A metodologia adotada para conduzir este ensaio foi baseada em pesquisas bibliográficas que se apoiam na literatura existente sobre o assunto, bem como nos diálogos do Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-raciais. **Resultados:** Os profissionais de saúde e educação devem ser treinados para compreender e respeitar as crenças e práticas culturais. Devem buscar ativamente a equidade na prestação de serviços de saúde, reconhecendo os determinantes sociais da saúde e adotar a inclusão de saberes tradicionais frente ao cuidado. **Considerações Finais:** Para atingir esse fim, é imperativo identificar e superar as incongruências presentes nos processos formativos, fomentar práticas que resistam ao colonialismo, reconhecendo a importância das formas de conhecimento não convencionais, e abraçar uma ética que se oponha ao racismo.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Populações Minoritárias; Vulneráveis e Desiguais em Saúde; Atenção Primária à Saúde.

Abstract

Objective: To present discussions regarding training processes in education and health in decolonial care practices. **Method:** The methodology adopted to conduct this essay was based on bibliographical research that is supported by the existing literature on the subject, as well

¹ Doutoranda em Ciências pela Universidade de São Paulo. Mestra em Ensino e Relações Étnico Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia e Mestra em Enfermagem pela Universidade Estadual de Santa Cruz.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0031-3846> E-mail: larayne@usp.br

² Doutora em Enfermagem pela Universidade de São Paulo, com Pós-doutorado pela University of Toronto. Professor of Nursing in Primary Health Care in the Unified Health System of the University of São Paulo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0936-4877> E-mail: lislaine@usp.br

³ Mestranda em Saúde da Família pela Universidade Federal do Sul da Bahia. Especialista em Medicina de Família e Comunidade pela Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade. Docente na Universidade Estadual de Santa Cruz.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7355-6275> E-mail: talithazileno@hotmail.com

⁴ Especialista em Fisioterapia Hospitalar com ênfase em UTI pela Faculdade Social da Bahia. Fisioterapeuta na Rede Municipal de Saúde de Eunápolis.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5746-7696> E-mail: laizagfarias@hotmail.com



as the dialogues of the Professional Master's Degree in Teaching and Ethnic-racial Relations.

Results: Health and education professionals must be trained to understand and respect cultural beliefs and practices. They must actively seek equity in the provision of health services, recognizing the social determinants of health and adopting the inclusion of traditional knowledge in care. **Final Considerations:** To achieve this end, it is imperative to identify and overcome the inconsistencies present in training processes, encourage practices that resist colonialism, recognizing the importance of unconventional forms of knowledge, and embrace ethics that oppose racism.

Keywords: Health Education; Minority; Vulnerable and Unequal Populations in Health; Primary Health Care.

INTRODUÇÃO

A colonialidade é um conceito que descreve a persistência das estruturas de poder colonial mesmo após o fim do colonialismo político (Mignolo, 2017). Ela continua a moldar as relações sociais, econômicas e culturais em todo o mundo. No entanto, um aspecto muitas vezes negligenciado dessa perpetuação da colonialidade ocorre nas áreas de saúde e educação, onde as instituições têm desempenhado um papel na reprodução de sistemas de opressão e hierarquia (Cesarino, 2017).

A descolonização é um movimento fundamental que visa dismantlar as estruturas de poder e as hierarquias históricas que foram estabelecidas através do colonialismo (Morel & Pimentel, 2023). Embora inicialmente associada à política e economia, a descolonização desempenha um papel central na construção de práticas de cuidado decoloniais (Silva, Lima, & Junqueira, 2023).

A prática de cuidado em saúde é um compromisso contínuo e multifacetado que vai além do tratamento de doenças. Envolve a criação de relações de confiança, a promoção da prevenção, a educação do usuário e a adaptação às inovações tecnológicas. Ao priorizar o cuidado integral, é possível construir comunidades mais saudáveis e indivíduos mais capacitados a tomar decisões que beneficiem sua qualidade de vida.

Para entender a importância dos processos formativos na promoção de práticas de cuidado decoloniais, é essencial compreender o que significa a descolonização. A descolonização não se refere apenas à independência política das nações colonizadas, mas também à libertação de estruturas de pensamento, valores e sistemas que perpetuam a supremacia colonial (Irigaray & Stocker, 2023). No contexto das práticas



de cuidado, a decolonização envolve questionar as normas, perspectivas e abordagens tradicionais que podem estar enraizadas em preconceitos coloniais (Sevalho & Dias, 2023).

Sevalho e Dias (2023) defendem que os processos formativos em educação e saúde frequentemente apresentam contradições quando se trata de incorporar abordagens decoloniais. Segundo estes autores, estes processos formativos podem refletir paradigmas coloniais, como a hierarquia de conhecimento, a supervalorização das práticas eurocêntricas e a falta de consideração pelas culturas e saberes indígenas, afrodescendentes e de outros grupos marginalizados.

É necessário reconhecer essas contradições e transformar os processos formativos para que se tornem mais inclusivos, culturalmente sensíveis e críticos em relação às estruturas de poder coloniais. Isso inclui a reavaliação dos currículos, métodos de ensino e práticas institucionais para garantir que não apenas preparem profissionais competentes, mas também promovam a conscientização sobre as implicações coloniais nas práticas de cuidado (Araújo, Costa, Silva, & Gervais, 2023).

A incorporação de perspectivas decoloniais nos processos formativos é essencial para a promoção de práticas de cuidado autênticas e respeitadas (Guedes & Porto, 2022). De acordo com estes autores, isso pode ser alcançado através da diversificação dos currículos para incluir conhecimentos e saberes tradicionais, reconhecendo a contribuição das comunidades indígenas e afrodescendentes para a saúde e a educação. Além disso, a integração de perspectivas decoloniais envolve questionar a autoridade de saberes coloniais e abrir espaço para diálogo intercultural. Isso não apenas enriquece a compreensão dos profissionais, mas também valoriza a experiência e a agência das comunidades atendidas.

As práticas de cuidado decoloniais se baseiam em princípios de respeito, autonomia e justiça social. Elas reconhecem a importância de reconstruir as relações entre os profissionais de saúde, educadores e as comunidades atendidas, com base no entendimento mútuo e na colaboração (Lemos, Bezerra, Pereira, Corrêa, Bentes, Oliveira & Sá, 2023). Além disso, promover práticas de cuidado decoloniais significa estar atento às dimensões de poder presentes nas interações de cuidado, incluindo o enfrentamento de formas de discriminação e opressão, como o racismo (Oliveira & Guidio, 2022).



Ademais, os processos formativos em educação e saúde desempenham um papel central na promoção de práticas de cuidado decoloniais. Eles não apenas preparam profissionais competentes, mas também são uma oportunidade de desafiar e transformar as estruturas de poder coloniais que ainda persistem (Oliveira & Magalhães, 2022). A incorporação de perspectivas decoloniais nos processos formativos e a promoção de práticas de cuidado sensíveis à cultura e à justiça social são passos essenciais em direção a um sistema de saúde e educação verdadeiramente inclusivo e emancipador.

MÉTODO

Este estudo descreve um estudo teórico-metodológico que, de acordo com Michel (2015), argumenta a favor de uma perspectiva original sobre um determinado tópico acadêmico. Essa originalidade não necessariamente precisa estar na concepção inicial do tema, mas pode envolver a apresentação de uma nova perspectiva, abordagem, característica, qualidade ou problema relacionado ao objeto de interesse. Nos contextos acadêmicos, os ensaios se tornaram uma forma simplificada de produção considerada científica, especialmente nas áreas das humanidades e ciências sociais aplicadas, como administração e teoria das organizações.

Nessa perspectiva, este ensaio progride ao buscar relevância para a comunidade científica no âmbito teórico e acadêmico. Isso é alcançado por meio da utilização de referências de alta qualidade que destacam as discussões mais significativas relacionadas ao tema. Ao problematizar os fatos, o foco principal deste ensaio é investigar o contexto social da precarização do trabalho na área da saúde. Isso é feito com o intuito de estimular novos debates e posições sobre esse assunto. Neste ensaio, explorou-se como a educação e a formação em saúde podem ser utilizadas como ferramentas para promover a justiça social, particularmente no que se refere ao enfrentamento do racismo e opressões de classe.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Os processos formativos em saúde e educação podem tanto reproduzir sistemas de opressão como contribuir para sua desmantelamento (Sevalho & Dias, 2022). Estes perpetuam sistemas de opressão (Menezes, 2020), reproduzindo hierarquias de poder e normas sociais dominantes (Rufino, 2021). Por exemplo, currículos que negligenciam a história e as contribuições de grupos marginalizados podem reforçar a invisibilidade e a desvalorização desses grupos. Além disso, a falta de representatividade nas equipes de ensino e saúde pode limitar a diversidade de perspectivas e experiências compartilhadas (Santos, Santana & Santana, 2021; Brazão, 2018).

Para superar essas contradições, é fundamental reconhecer o papel que os processos formativos desempenham na perpetuação ou subversão das estruturas de poder existentes. Isso requer uma análise crítica dos currículos, métodos de ensino e práticas institucionais, com o objetivo de identificar e desafiar suposições e práticas opressivas (Cecchetti, Pozzer & Tedesco, 2020).

Ademais, as práticas decoloniais desafiam as estruturas coloniais e buscam a restauração da autonomia e dignidade das comunidades historicamente oprimidas (Sánchez, 2009). Estas práticas podem incluir a promoção da representatividade de grupos marginalizados, a incorporação de perspectivas não eurocêntricas nos currículos e a colaboração com comunidades locais para desenvolver abordagens de cuidado culturalmente sensíveis (Melo & Ribeiro, 2019).

Um exemplo de prática decolonial é a criação de programas de formação que valorizam os saberes tradicionais e as experiências das comunidades indígenas (Gallois, 2007), afrodescendentes (Negreiros, 2017) e outras comunidades historicamente marginalizadas. Isso não apenas empodera essas comunidades, mas também enriquece o repertório de práticas de cuidado.

Os saberes hegemônicos são aqueles que dominam os sistemas educacionais e de saúde, muitas vezes excluindo ou marginalizando outras formas de conhecimento. Para promover processos formativos implicados com a produção do cuidado e indissociáveis das práticas de enfrentamento ao racismo, é essencial reconhecer e desafiar a hegemonia desses saberes (Lander, 2000). Por outro lado, epistemologias decoloniais valorizam e respeitam as diferentes formas de conhecimento e sabedoria. Elas reconhecem a importância de múltiplas perspectivas



e buscam descolonizar o pensamento e a prática. Incorporar epistemologias contracoloniais nos processos formativos pode ajudar a criar um espaço para a diversidade de vozes e saberes (Alcoff, 2016).

A ética antirracista deve ser central nos processos formativos em saúde e educação. Isso significa não apenas reconhecer a existência do racismo mas também agir ativamente para dismantlar esses sistemas de opressão (Oliveira & Guidio, 2022). Isso envolve o desenvolvimento de práticas de cuidado que sejam sensíveis às experiências e necessidades das pessoas que sofrem racismo.

Desta forma, a educação desempenha um papel central na desmontagem da colonialidade. As instituições educacionais muitas vezes promovem perspectivas eurocêntricas, marginalizando conhecimentos indígenas, africanos e de outras culturas não ocidentais (Tonet, Rodrigues, & Meneghel, 2023).

Sendo assim, para constituir práticas de cuidado decoloniais, é fundamental rever o currículo é uma ação fundamental no processo de educação contemporânea (Viçosa, Soares, Pessano & Folmer, 2017). De acordo com estes autores, é desenvolver currículos que transcendam perspectivas eurocêntricas e reconheçam a riqueza dos saberes locais e tradicionais. Ao fazê-lo, não apenas há o enriquecimento da experiência educacional dos alunos, mas também promove-se a equidade e a inclusão, ao valorizar todas as contribuições culturais e conhecimentos que moldam a sociedade globalmente interconectada. Essa abordagem mais inclusiva e diversificada do currículo não apenas amplia horizontes, mas também prepara os alunos para enfrentar os desafios complexos e interculturais do mundo atual.

Da mesma forma, é fundamental capacitar educadores não apenas com conhecimentos pedagógicos sólidos, mas também com a sensibilidade e as habilidades necessárias para promover a diversidade cultural e reconhecer as desigualdades sistêmicas em sala de aula (Iervolino & Pelicioni, 2017). De acordo com Glat (2000), isso implica em fornecer aos professores as ferramentas e estratégias para valorizar as diferentes culturas presentes na sala de aula, promover o respeito mútuo e criar um ambiente onde todos os alunos se sintam acolhidos e respeitados, independentemente de sua origem étnica, social ou cultural.

Além disso, conforme reitera Silva (2021) os educadores devem ser capazes de identificar e abordar as desigualdades sistêmicas que afetam o acesso à educação



e o desempenho acadêmico, trabalhando ativamente para eliminar tais disparidades e oferecer oportunidades igualitárias de aprendizado para todos os estudantes.

Outrossim, o engajamento com as comunidades desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva e enriquecedora. Estabelecer parcerias sólidas com comunidades locais é uma abordagem essencial para incorporar suas perspectivas e conhecimentos no processo educacional. Ao envolver ativamente as comunidades, as escolas e instituições educacionais podem enriquecer seus currículos com experiências e histórias locais, tornando o aprendizado mais relevante e significativo para os alunos. Além disso, essa colaboração permite que as escolas compreendam melhor as necessidades e desafios específicos de suas comunidades, promovendo uma educação mais eficaz e centrada no aluno, que respeita a diversidade cultural e valoriza a contribuição de todos os membros da sociedade (Martinelli & Euzébio, 2022).

A saúde é outra área onde a colonialidade se manifesta, muitas vezes resultando em desigualdades de saúde significativas para populações marginalizadas. Desta forma, os profissionais de saúde desempenham um papel fundamental na prestação de cuidados de qualidade aos pacientes, e parte essencial desse processo é a sensibilidade cultural (Degli Esposti, Ferreira, Szpilman & da Cruz, 2020).

Sendo assim, é fundamental que esses profissionais recebam treinamento adequado para compreender e respeitar as diversas crenças e práticas culturais que seus pacientes podem seguir (Vilelas & Janeiro, 2017). Ao reconhecer a importância da diversidade cultural, os profissionais de saúde podem estabelecer uma relação de confiança com os pacientes, garantindo que os tratamentos sejam mais eficazes e alinhados com as necessidades individuais de cada pessoa, promovendo assim um sistema de saúde mais inclusivo e equitativo (Gambarelli & Taets, 2018).

Sobre este último, promover a equidade na saúde é um imperativo fundamental no âmbito da prestação de serviços de saúde (Albrecht, Rosa & Bordin, 2017). Estes autores dialogam que isso envolve ações proativas e conscientes que reconhecem a influência dos determinantes sociais da saúde, como condições econômicas, acesso a educação, ambiente de moradia e pertencimento étnico.



Ademais, buscar ativamente a equidade na saúde significa garantir que todos os indivíduos tenham igualdade de acesso a serviços de qualidade, independentemente de sua origem ou situação socioeconômica. Essa abordagem não apenas melhora a saúde da população como um todo, mas também contribui para a construção de sociedades mais justas e inclusivas, onde o bem-estar e a dignidade de cada cidadão são priorizados (Siqueira, Hollanda & Motta, 2017).

Por fim, a inclusão de saberes tradicionais é um passo crucial para a promoção da saúde e o respeito à diversidade cultural (Chassot, 2008). Ao incorporar métodos de cura tradicionais e indígenas nos sistemas de saúde, quando solicitado e aprovado pelas comunidades, estamos reconhecendo a riqueza do conhecimento acumulado ao longo de gerações (Oliveira & Magalhães, 2022). Essa abordagem não apenas fortalece os laços entre as práticas médicas convencionais e as tradições ancestrais, mas também empodera as comunidades para participarem ativamente de suas próprias decisões de saúde. Isso não apenas enriquece a oferta de cuidados de saúde, mas também contribui para a preservação e valorização das culturas e saberes ancestrais, promovendo, assim, a inclusão e o respeito mútuo.

CONCLUSÃO

A descolonização dos processos formativos em saúde e educação é fundamental para a construção de práticas de cuidado decoloniais. Isso exige uma revisão profunda das estruturas e currículos educacionais, bem como uma mudança na mentalidade dos profissionais de saúde e educadores. Ao desafiar a decolonialidade nessas áreas, podemos contribuir para a criação de um mundo mais justo e equitativo, onde todas as pessoas tenham acesso a serviços de saúde de qualidade e educação que valorize e respeite suas identidades culturais. É necessário reconhecer e enfrentar as contradições nos processos formativos, promover práticas decoloniais que adotem uma ética antirracista verdadeiramente inclusivo e emancipador.

REFERÊNCIAS



Albrecht, C. A. M., Rosa, R. D. S., & Bordin, R. (2017). O conceito de equidade na produção científica em saúde: uma revisão¹. *Saúde e Sociedade*, 26, 115-128. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/kGzLZKCFrh3RVxS7f94rHNf/>. Acesso em: 06/09/2023.

Alcoff, L. M. (2016). Uma epistemologia para a próxima revolução. *Sociedade e estado*, 31, 129-143. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xRK6tzb4wHxCHfShs5DhsHm>. Acesso em: 05/09/2023.

Araújo, J. M., Costa, K. A. O. D., Silva, F. C. C. M., & Gervais, A. M. D. (2023). Relação entre território e residência em saúde: uma possibilidade de experiência decolonial?. *Saúde em Debate*, 46, 196-206. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/LLDPVL37GbnRkYCFk93GsTc/>. Acesso em: 03/09/2023.

Brazão, D. A. (2018). *Entre o colonial e o decolonial: A Base Nacional Comum Curricular como Território de Disputas* (Doctoral dissertation, Dissertação—Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 174 f). Disponível em: http://www.ppghsuerj.pro.br/wp-content/uploads/2021/04/Diogo_Alchorne_Brazao.pdf. Acesso em: 04/09/2023.

Cecchetti, E., Pozzer, A., & Tedesco, A. L. (2020). Formação docente intercultural e colonialidade do saber. *Revista del CISEN Tramas/Maepova*, 8(1), 187-200. Disponível em: https://www.academia.edu/download/86833086/Artigo_publicado.pdf. Acesso em: 04/09/2023.

Cesarino, L. (2017). Colonialidade interna, cultura e mestiçagem: repensando o conceito de colonialismo interno na antropologia contemporânea. *Ilha*, 19(2), 73-105. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/55985195/52027-186357-2-PB.pdf>. Acesso em: 01/09/2023.

Chassot, A. (2008). Fazendo educação em ciências em um curso de pedagogia com inclusão de saberes populares no currículo. *Química Nova na Escola*, 27, 9-12. Disponível em: <http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc27/03-ibero-2.pdf>. Acesso em: 02/09/2023.

Degli Esposti, C. D., Ferreira, L., Szpilman, A. R. M., & da Cruz, M. M. (2020). O papel da Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária e a pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research*, 22(1), 4-8. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/download/33685/22354>. Acesso em: 06/09/2023.

Gallois, D. T. (2007). Materializando saberes imateriais: experiências indígenas na Amazônia Oriental. *Revista de Estudos e Pesquisas*. Disponível em: <https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/handle/123456789/504>. Acesso em: 08/09/2023.

Gambarelli, S. F., & Taets, G. G. D. C. C. (2018). A importância da empatia no cuidado de enfermagem na atenção primária à saúde. *Enfermagem Brasil*, 17(4), 394-400. Disponível em: <http://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/1258>. Acesso em: 06/09/2023.

Glat, R. (2000). Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta à diversidade. *Revista Souza Marques*, 2(6), 16-22. Disponível em: https://revista.souzamarques.br/index.php/REVISTA_SOUZA_MARQUES/article/download/214/203. Acesso em: 02/09/2023.



Guedes, A. L., & Porto, R. M. (2022). O cuidado enquanto promoção de humanização e saúde para mulheres negras em contexto de prisão. *Revista Remecs-Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde*, 15-19. Disponível em: <http://www.revistaremeccs.com.br/index.php/remecs/article/view/924>. Acesso em: 03/09/2023.

Iervolino, S. A., & Pelicioni, M. C. F. (2005). Capacitação de professores para a promoção e educação em saúde na escola: relato de uma experiência. *Journal of Human Growth and Development*, 15(2), 99-110. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19762>. Acesso em: 05/09/2023.

Irigaray, H. A. R., & Stocker, F. (2022). Diversidade, singularidade, sustentabilidade e decolonização: avanços na pesquisa científica nacional. *Cadernos EBAPE. BR*, 20, 1-5. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/hhGHmYdzyBgqf4PtwP8Jn3N/>. Acesso em: 01/09/2023.

Lander, E. (2000). ¿Conocimiento para qué? ¿Conocimiento para quién? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos. *Estudios Latinoamericanos*, 7(12-13), 25-46. Disponível em: <http://revistas.unam.mx/index.php/rel/article/view/52369>. Acesso em: 05/09/2023.

Lemos, E. D. J. S., Bezerra, T. C. C., Pereira, E. M. S., Corrêa, S. R. M., Bentes, J. A. de O., Oliveira, I. A., & Sá, P. F. (2023). Revisiting the construction process of SUS: In search of a decolonial practice: Revisitar o processo de construção do SUS: em busca de uma prática decolonial. *Concilium*, 23(15), 170-189. Disponível em: <http://clium.org/index.php/edicoes/article/view/1604>. Acesso em: 03/09/2023.

Martinelli, B. M., & Euzébio, U. (2022). Contribuições do pensamento decolonial sobre a ciência e sua práxis no contexto de povos e comunidades tradicionais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 60. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/78111/46891>. Acesso em: 06/09/2023.

Melo, A. D., & Ribeiro, D. (2019). Eurocentrismo e currículo: apontamentos para uma construção curricular não eurocêntrica e decolonial. *Revista e-Curriculum*, 17(4), 1781-1807. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-38762019000401781&script=sci_arttext. Acesso em: 07/09/2023.

Meneses, M. P. (2020). Desafios à descolonização epistêmica: Práticas, contextos e lutas para além das fraturas abissais. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, 10(3), 1067-1097. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/95799>. Acesso em: 04/09/2023.

Michel, M. H. (2005). Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. *São Paulo: Atlas*, 421-437.

Mignolo, W. D. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista brasileira de ciências sociais*, 32. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 01/09/2023.

Miranda, D. W., & Félix-Silva, A. V. (2022). As Subjetividades Periféricas e os Impasses para a Descolonização da Clínica Psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/c9dvXwsycCnM6ddCWNTCgTB/>. Acesso em: 03/09/2023.



Morel, A. P., & Pimentel, S. K. (2023). MUITOS MUNDOS, MUITAS EDUCAÇÃOES: educação popular, descolonização epistêmica e outras questões contemporâneas. *Caderno CRH*, 36, e023002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/5trtHbkbysVMgmXPms7sNQm/>. Acesso em: 01/09/2023.

Negreiros, D. F. D. (2017). *Educação das relações étnico-raciais: avaliação da formação de docentes*. Editora UFABC.

Oliveira, L. G. F., & Guidio, M. C. M. S. (2022). Relações entre racismo institucional e saúde integral da população negra: estudo com e Estratégia da Saúde da Família. *Práticas e Cuidado: Revista de Saúde Coletiva*, 3, e15345-e15345. Disponível em: <https://www.homologacao.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/15345>. Acesso em: 03/09/2023.

Oliveira, L. G. F., & Magalhães, M. (2022). Percurso da implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 39. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/p9Z9c4pJnPHpj35TVxSBMZz/citation/?lang=pt>. Acesso em: 03/09/2023.

Rufino, L. (2021). *Vence-demanda: educação e descolonização*. Mórula Editorial.

Sánchez, C. (2009). Autonomia, Estados pluriétnicos e plurinacionais. *VERDUM, Ricardo. Povos indígenas: Constituições e reformas políticas na América Latina. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos*, 63-90. Disponível em: http://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/obrasportales/op_20090918_01.pdf#page=63. Acesso em: 07/09/2023.

Santos, V. C. B., Santana, W. S. D., & Santana, D. M. S. (2021). Para quê, por que e como aprender? A promoção de uma aprendizagem significativa a partir de uma educação decolonial e antirracista na educação básica. *Anais do XV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/16433>. Acesso em: 04/09/2023.

Sevalho, G., & Dias, J. V. D. S. (2022). Frantz Fanon, descolonização e o saber em saúde mental: contribuições para a saúde coletiva brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27, 937-946. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2022.v27n3/937-946/pt/>. Acesso em: 01/09/2023.

Silva, K. V. (2021). Oficinas digitais de artes indígenas para professores de ensino fundamental e ensino médio: Produzindo conhecimento decolonial sobre história indígena. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 12(2), 235-244. Disponível em: <https://periodicos.ufes.edu.br/index.php/RBEU/article/view/12183>. Acesso em: 02/09/2023.

Silva, L. M. V. D. G., Lima, B. C. S. D., & Junqueira, T. L. S. (2023). População indígena em tempos de pandemia: reflexões sobre saúde a partir da perspectiva decolonial. *Saúde e Sociedade*, 32, e220092pt. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/jHrvbTpHR4hkqdRfFD5vmpK/>. Acesso em: 01/09/2023.

Siqueira, S. A. V. D., Hollanda, E., & Motta, J. I. J. (2017). Políticas de Promoção de Equidade em Saúde para grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 1397-1397. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Hmkmtw9NYb5cVtfZwJqb36c/>. Acesso em: 06/09/2023.



Tonet, J. J., Rodrigues, C. R., & Meneghel, S. M. (2023). Educação intercultural como possibilidade de reconhecimento e valorização das diferenças. *Linguagens, Educação e Sociedade*, 27(55), 1-30. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/3993>. Acesso em: 05/09/2023.

Viçosa, C. S. C. L., Soares, E. L., Pessano, E. F. C., & Folmer, V. (2017). Diagnóstico no Projeto Político Pedagógico sobre a transversalidade e interdisciplinaridade no ensino fundamental. *Ciências & Ideias*, 8(3), 01-19. Disponível em: <https://ury1.com/urj2V>. Acesso em: 05/09/2023.

Vilelas, J. M. D. S., & Janeiro, S. I. D. (2012). Transculturalidade: o enfermeiro com competência cultural. *Revista Mineira de Enfermagem*, 16(1), 120-127. Disponível em: <https://11nq.com/0rQ09>. Acesso em: 06/09/2023.